

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.948 - SP (2020/0021415-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : T-SYSTEMS DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : SÉRGIO AMÉRICO BELLANGER - SP135378
IGOR DANIEL PETTERS DUARTE - SP368476
AGRAVADO : FOTON AUMARK DO BRASIL IMPORTACAO,
EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS S.A.
ADVOGADO : FLÁVIO LUÍS ZAMBOM - SP130003

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por T-SYSTEMS DO BRASIL LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO QUE DEFERIU A SUSPENSÃO DO PROCESSO POR 180 DIAS E DETERMINOU O DESBLOQUEIO DE BENS EM NOME DA EXECUTADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PRETENSÃO DE MANUTENÇÃO DE PENHORA EM ROSTO DE AUTOS - IMPOSSIBILIDADE - CRÉDITO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL POIS EXISTENTE À DATA DO PEDIDO - INTELIGÊNCIA DO ART 49 CAPUT DA LEI 11101/05 - NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO E SEUS ATOS EXPROPRIATÓRIOS PREVISTA NO ART 6 §4 DA CITADA LEI SOB PENA DE BURLA AO JUÍZO RECUPERACIONAL - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO

Quanto à controvérsia dos autos, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos art. 860 do CPC e art. 349 do CC. Sustenta que houve subrogação da recorrente sobre o direito de crédito da recorrida, que não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, trazendo os seguintes argumentos:

25. Naquela demanda, a Recorrente, antes de proposto o pedido de recuperação judicial da Recorrida, efetivou a penhora no rosto dos autos do crédito exequendo, conforme regramento previsto no art. 860 do Código de Processo Civil: (fls. 165).

[...] (fls. 165).

26. Pois bem, deferida a penhora pelo MM. Juízo de 1º Grau deste processo, a Recorrida deixou precluir a faculdade de se insurgir sobre o ato (por meio de embargos ou recurso), de modo que a R. Decisão concessiva foi efetivada. (fls. 165).

27. A consequência disto, E. Superior Tribunal, foi a sub-rogação da ora Recorrente nos direitos da Recorrida, como bem delineado pelo art. 857, também do Código de Processo Civil: (fls. 165).

[...] (fls. 166).

28. No entanto, o V. Acórdão recorrido, ao invés de se abster a este ato jurídico, o ignorou e generalizou as peculiaridades e efeitos deste tipo de penhora como se fosse um bloqueio comum de bens, o que não é! (fls. 166).

29. A sub-rogação possui efeitos distintos da simples penhora, pois, trata-se de uma cessão de crédito legal, impositiva, que pratica a alienação do referido direito. (fls. 166).

30. Desta forma, fica satisfeito o credor primitivo (Recorrida), persistindo-se a obrigação com relação ao novo credor (Recorrente). Esta é a substância do instituto da sub-rogação, prevista inclusive, em literal teor através do art. 349 do Código Civil: (fls. 166).

31. Desta forma, Exa., em que pese o processamento da ação de recuperação judicial da Recorrida, o crédito penhorado (sub-rogado em favor da Recorrente) não se sujeita aos efeitos da recuperação, visto que tal direito já fora alienado quando decorrido o prazo para impugnação da decisão judicial que a permitiu. (fls. 166).

32. Assim, tendo se aperfeiçoado a R. Decisão judicial que determinou a penhora no rosto dos autos em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, há manifesta negativa de vigência aos arts. 860, do Código de Processo Civil e art. 349, do Código Civil - que assentam o instituto da sub-rogação no direito civil. (fls. 166).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja:

No stay period de 180 dias de suspensão, previsto no art. 6, §4º da citada lei, são obstados atos expropriatórios de qualquer tipo, a fim de se evitar locupletamento ilícito caracterizado pelo recebimento de crédito duas vezes, nos autos da recuperação judicial e na execução individual, e permitir que a recuperanda reorganize credores, patrimônio e elabore plano que restaure a atividade empresarial.

O agravante pretende, em verdade, burlar o juízo recuperacional, passando à frente dos demais credores ao continuar a receber valores oriundos de penhora, o que não pode ser admitido.

Pontue-se que a penhora no rosto dos autos é ato processual já praticado que poderá ser aproveitado após o decurso do prazo de 180 dias, caso não haja recebimento nos autos da recuperação judicial, a critério do magistrado a avo e de eventual plano (fls. 146/147).

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: 'É inadmissível o recurso

Superior Tribunal de Justiça

extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles” (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EREsp n. 1.698.730/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 18/12/2018; e AgRg nos EAREsp n. 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Ademais, incide ainda o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente